



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA BAIXADA FLUMINENSE - CISBAF - UPA JARDIM IRIS

DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados concorrentes ao Processo Seletivo de Provas destinado ao preenchimento de vagas do quadro de Pessoal da Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense - CISBAF - UPA JARDIM IRIS e formação de cadastro reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **Edital**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome
200370010047	Ágatha Vitória Brito Dos Santos
200370006452	Alex Sandro Carneiro Da Costa
200370000178	Alexandra Aparecida Gomes Da Araujo
200370009545	Aline Rodrigues Moura Vargas
200370002981	Alison Teixeira
200370007204	Ana Carolina Giorgini Amadeu Doliveira
200370010213	Andressa Medeiros De Melo Gomes
200370004057	Bianca Garcia Da Silva
200370001885	Caio Henrique Vanderlei
200370000729	Carla Verônica Monteiro Tavares
200370002110	Carlos Eduardo Conceição Santos
200370002120	Carlos Eduardo Conceição Santos
200370004568	Carolina Pessoa Giraldez
200370002992	Cauã Dos Santos Souza
200370009882	Christian Pereira Martins Santos
200370006825	Cláudia Feliciano De Paula Lucio
200370010173	Cláudio Afonso Lessa Da Rocha Souza
200370000537	Cristian Carvalho De Almeida Calixto

Inscrição	Nome
200370007002	Darlan Carlos Silva Dos Santos
200370004622	Edjacson Cardoso Brito
200370007122	Ellen Dos Santos
200370005138	Fabio Pereira Dos Santos
200370000656	Felipe Florêncio Da Silva
200370008987	Fernando Henrique Da Silva
200370006497	Gabriela Carvalho Affonso
200370003586	Giovani José Do Carmo Miranda
200370000686	Giulia Daiana Da Silva Martins
200370001547	Gloria Deusa Da Silva Porto
200370001945	Graziela Rodrigues Do Carmo
200370010442	Higor Guilherme Affonso Bezerra Carvalho
200370008621	Igor Santana Luz E Silva
200370001855	Isaque Guimarães De Carvalho
200370010861	Isaque Patrick Lima Basilio Da Silva
200370002095	Jakeline Costa Dos Santos
200370009976	João Henrique Dos Santos
200370008912	Karen Pereira Silva
200370002501	Laiara Tamires Carvalho Da Silveira
200370007141	Leticia Vicente Santos
200370011380	Lucas Ricardo Barbosa Gonçalves
200370010679	Luciano Jorge Da Silva Junior
200370004879	Luciete Ribeiro Da Silva
200370009255	Marco Aurelio Dos Santos
200370002025	Marcus Vinicius Raposo Valença Gomes
200370003878	Maria Inês Dos Santos Ramos
200370004076	Mateus Matias De Melo
200370007301	Matheus Marinho Gonçalves Moreira Soares
200370007059	Maurício Silva Dos Santos
200370002006	Michelle Dos Santos Ornelas Lopes
200370001654	Priscila Dos Santos Inocencio Costa
200370009914	Priscila Soares Pereira
200370003363	Robson Carlos De Barros Coimbra
200370010521	Rodrigo Santos Oliveira Guimaraes
200370000923	Roger Da Conceição Viriato Albuquerque
200370009428	Rudson Da Silva De Mattos
200370002402	Sandra Da Silva Roque
200370000677	Silas Dos Santos Caetano
200370000982	Sirlethe Gama Tananta
200370004778	Stefani Silva Dos Santos
200370008215	Tatiana Ferreira Da Silva De Oliveira
200370010280	Tatiane Nogueira De Lima
200370011143	Théo Romanelo Da Silva

Inscrição	Nome
200370010324	Thiago Soares Farias
200370005967	Weesley Luis Ribeiro
200370003341	Yanca Tayna Fernandes Da Silva

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Apoio Administrativo

BRANCA	VERDE
01	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O narrador do conto de Caio Fernando Abreu “tenta organizar o ambiente externo para mascarar seu interior ‘quebrado’”. Essa ideia pode ser verificada no 6º§ – “Sentava na sala toda arrumada, tapete escovado, cortinas lavadas, cestas de frutas, vasos de flores – acendia um cigarro e ficava mastigando com os olhos a beleza das coisas limpas, ordenadas, sem conseguir comer nada com a boca, faminto de ver. À medida que a casa ficava mais bonita, eu me tornava cada vez mais feio, mais magro, olheiras fundas, faces encovadas. Porque não conseguia dormir nem comer, à espera dele.”. Ou seja, o próprio narrador reconhece que a ansiedade e angústia da espera refletiam aspectos no seu corpo físico, que o deixavam “feio”. É possível, também, observar os sentimentos que o atormentam no trecho “Nos dias seguintes repetia quando sentia saudade: alecrim-hortelã, antes ainda, o pressentimento de sua visita trazia unicamente ansiedade, taquicardias, aflição, unhas roídas. Não era bom. Eu não conseguia trabalhar, ir ao cinema, ler ou afundar em qualquer outra dessas ocupações banais que as pessoas como eu têm quando vivem. Só conseguia pensar em coisas bonitas para a casa, e em ficar bonito eu mesmo para encontrá-lo. A ansiedade era tanta que eu enfeava, à medida que os dias passavam. E, quando ele enfim chegava, eu nunca tinha estado tão feio. Os dragões não perdoam a feiura.” (7º§)

As demais afirmativas são falsas, pois:

A – Ao afirmar que os dragões não conhecem o paraíso, pode-se compreender que esse conceito se refere, de forma metafórica, ao amor ou à felicidade – “Eles fogem do paraíso, esse paraíso que nós, as pessoas banais, inventamos – como eu inventava uma beleza de artifícios para esperá-lo e prendê-lo para sempre junto a mim. Os dragões não conhecem o paraíso, onde tudo acontece perfeito e nada dói nem cintila ou ofega, numa eterna monotonia de pacífica falsidade. Seu paraíso é o conflito, nunca a harmonia.” (12º§)

B – As ideias de amor e Deus são semelhantes, é algo que ajuda o narrador a lidar com o peso da existência – “Os homens precisam da ilusão do amor da mesma forma como precisam da ilusão de Deus. Da ilusão do amor, para não afundarem no poço horrível da solidão absoluta; da ilusão de Deus, para não se perderem no caos da desordem sem nexos.” (2º§)

D – Devido à ansiedade para estar com o “dragão” e ser feliz, o personagem foi se perdendo, não conseguia trabalhar, enlouquecia. Essas ações afastaram o “dragão” – “Depois que ele vinha, o bonito da casa contrastando com o feio do meu corpo, tudo aos poucos começava a desabar. Feito dor, não alegria. Agora agora agora vou ser feliz, eu repetia: agora agora agora. Naqueles dias, enlouquecia cada vez mais, querendo agora já urgente ser feliz. Percebendo minha ânsia, ele tornava-se cada vez mais remoto. Ausentava-se, retirava-se, fingia partir. Rarefava seu cheiro de ervas até que não passasse de uma suspeita verde no ar. Eu respirava mais fundo, perdia o fôlego no esforço de percebê-lo, dia após dia, enquanto flores e frutas apodreciam nos vasos, nos cestos, nos cantos. Aquelas mosquinhas negras miúdas esvoaçavam em volta delas, agourentas.” (8º§)

Fonte:

- o próprio texto.

BRANCA	VERDE
03	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ausência de vírgulas em “Agora agora agora” (8º§) – alternativa A – não compromete o sentido da frase. Tal recurso reforça a ansiedade do narrador para estar junto com o seu dragão.

Os dois pontos em “Nos dias seguintes repetia quando sentia saudade: alecrim-hortelã, [...]” (7º§) – alternativa B – foram utilizados para anunciar um esclarecimento; para acentuação de valor significativo se deve utilizar aspas.

No trecho “Para os dragões, nada mais inconcebível que dividir seu espaço – seja com outro dragão, seja com uma pessoa banal feito eu.” (2º§) – alternativa C, o travessão foi utilizado para destacar enfaticamente a parte final do enunciado.

Logo, a única alternativa correta é a D, pois empregam-se parênteses para intercalar num texto qualquer indicação acessória, como uma explicação, da forma que ocorreu no texto – “E digo ilusão porque, outro dia, numa dessas manhãs áridas da ausência dele, felizmente cada vez menos frequentes (a aridez, não a ausência), [...]” (2º§).

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 669-683.

BRANCA	VERDE
06	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Dicionário Online de Português, “admirar” tem significado de apreciação, causar admiração, ser admirável; enquanto “reparar” dá a ideia de notar, observar, perceber. Dentro do contexto do conto, “mastigando” tem sentido de admirar. Ou seja, ao acender o cigarro, o narrador admirava “[...] com os olhos a beleza das coisas limpas, ordenadas, sem conseguir comer nada com a boca, faminto de ver.”. “Reparar” não pode ser utilizado por possuir sentido mais genérico de observação, enquanto a ação demonstra que há intensidade no ato.

Fontes:

- <https://www.dicio.com.br/admirar/>
- <https://www.dicio.com.br/reparar/>

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verbo transitivo é aquele que necessita de complemento(s) para fazer sentido, visto sozinho apresentar um significado incompleto. Os complementos verbais são o objeto direto e o objeto indireto. Verbos intransitivos são aqueles cujas ações estão contidas nas formas verbais, ou seja, a ação não vai além do verbo. Ainda, de acordo com Cunha e Cintra (2016), as relações de regência podem ser indicadas pelas preposições, cuja função é justamente a de ligar palavras, estabelecendo entre elas um nexo de dependência.

O verbo “suar” é transitivo direto, transitivo indireto e intransitivo. No contexto do conto, ele não precisa do objeto direto “frio” para fazer sentido. Enquanto “começava” e “acreditava” dependem de complemento para que as frases possam ter significação.

Em “Eu acreditava na sua existência por esse cheiro verde de ervas esmagadas dentro das duas palmas das mãos.” (4º§), ao se retirar o complemento, ficaria apenas “Eu acreditava”, fato que comprometeria o sentido da frase – acreditava em que, em quem?

Quanto a “[...] *tudo aos poucos começava a desabar.*” (8º§), “começar” é transitivo, pois necessita da preposição “a”, que foi seguida de um verbo no infinitivo – “desabar”. Ao se omitir o complemento, ficaria apenas “tudo aos poucos começava”, fato que comprometeria o sentido da frase – o que começava?

Dessa forma, o único trecho em que não há alteração com as omissões dos complementos é o II – “*As palmas das mãos suavam frio.*” (5º§), o que faz com a que a opção de resposta correta seja a alternativa C.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 149-158; 530-532.

BRANCA	VERDE
09	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A acentuação gráfica consiste na colocação de acento ortográfico para indicar a pronúncia de uma vogal ou marcar a sílaba tônica de uma palavra. Os acentos gráficos são elementos essenciais que estabelecem, por meio de regras, a sonoridade/intensidade das sílabas das palavras.

De acordo com Cunha e Cintra (2016), quanto ao acento, as palavras de mais de uma sílaba se classificam em: oxítonas – quando o acento recai na última sílaba; paroxítonas – quando o acento recai na penúltima sílaba; e proparoxítonas – quando o acento recai na antepenúltima sílaba.

As palavras paroxítonas são as que têm a penúltima sílaba da palavra como tônica. Maioritariamente não são acentuadas e representam a maioria das palavras da língua portuguesa. O enunciado solicita que a afirmativa correta seja assinalada, e as opções de respostas são enfáticas ao abordar sobre “o motivo da acentuação das palavras”. Ressalta-se, ainda, que não foi solicitado ao candidato para analisar as regras de acentuação. Logo, a única opção de resposta correta é a que abrangem as palavras “*inconcebível*” (2º§) e “*roídas*” (7º§), que são acentuadas pelo mesmo motivo, tendo em vista que são paroxítonas.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 69; 78-79.

BRANCA	VERDE
10	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Abaixo, a grafia correta das frases:

Não sei **a**onde o dragão vai. – “Aonde” produz ideia de movimento, enquanto “onde” expressa permanência. O contexto aborda o fato de não se ter ideia de qual lugar o dragão está indo (movimento) e não em qual local ele está (permanência).

Seja bem-vindo ao paraíso! – “Bem-vindo” é grafado com hífen.

O dragão não está **a fim** de permanecer. – O termo quando usado separado faz parte de uma locução prepositiva “a fim de”. Nesse caso, ela tem o significado de finalidade. Ou seja, apresenta uma intenção, um objetivo, um intuito ou um propósito.

Dessa forma, a única alternativa que não apresenta erros de ortografia é a D – O paraíso não está acima e nem abaixo de nós: está dentro.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

BRANCA	VERDE
18	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda em seu enunciado o seguinte trecho: “Em sistemas web, que funcionam por meio do navegador, existe um protocolo responsável por garantir a comunicação segura entre o usuário e o site ou sistema. Durante o acesso a sites, qual protocolo é utilizado para garantir a segurança na comunicação entre o usuário e o servidor?” O protocolo responsável por garantir a comunicação segura em sistemas web é o protocolo HTTPS; as demais opções não têm essa finalidade.

A) FTPS. Protocolo utilizado para transferência de arquivos com o recurso de segurança (*Secure*).

B) XLSX. Extensão para arquivos do Microsoft Excel.

C) DOCX. Extensão para arquivos do Microsoft Word.

D) HTTPS. *Hypertext Transfer Protocol Secure*, protocolo responsável pelo carregamento das páginas web, trazendo consigo a criptografia.

Fonte:

- <https://www.cloudflare.com/pt-br/learning/ssl/what-is-https/>

BRANCA	VERDE
22	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A cultura brasileira é ricamente constituída, marcada por séculos de processos de trocas simbólicas e apropriação de novas técnicas, hábitos e tradições. Nesse sentido, a competição “Mestres da Merenda” busca valorizar algo aparentemente simples, como tarefa dos cotidianos escolares, mas que demonstra habilidades próprias desenvolvidas por determinado grupo e significadas pelos estudantes. Logo, a relevância do alcance dessas ações demonstra a importância de reconhecer o potencial das atividades cotidianas, que também integram o quadro cultural de determinado povo, por meio dos “modos de fazer” e costumes em comum compartilhados historicamente. Ainda que sejam relevantes, é importante dizer que as habilidades gastronômicas citadas não são as únicas presentes nas vidas de cada profissional, mesmo que dispendam dedicação. Além disso, é importante destacar o fato de que a gastronomia mineira não se limita aos quitutes produzidos nas escolas e, em contrapartida, também não se deve pensar as expressões culturais como hierarquizadas, “melhores” ou “piores”, mas sim, diversas. Nesse sentido, a alternativa “A” está incorreta, pois, reduz as técnicas aplicadas na gastronomia mineira apenas aos âmbitos escolares.

Fontes:

- EDUCAÇÃO MG. *Governo de Minas lança competição Mestres da Merenda para valorizar as cantineiras das escolas da rede estadual*. Educação MG. 06 jun 2025. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/governo-de-minas-lanca-competicao-mestres-da-merenda-para-valorizar-as-cantineiras-das-escolas-da-rede-estadual/>. Acesso em: 06 jun 2025.
- ESTADO DE MINAS GERAIS. *Gastronomia Mineira*. Estado de Minas Gerais. 2025. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/gastronomia-mineira>. Acesso em: 06 jun 2025.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As bibliotecas negras são espaços de promoção da valorização da cultura e identidades da população negra brasileira e afrodiáspórica, que desenvolvem ações de formação intelectual e incentivo ao antirracismo. Ainda, tem como papel primordial a representatividade de autoras e autores anteriormente invisibilizados pelas narrativas tradicionais, que

constantemente promovem apenas escritores e trajetórias brancas. Assim, diante da relevância desses espaços, são desafios à sua promoção a devida valorização desses espaços, diante do crescente desinteresse da população pela leitura, reduzidos investimentos do poder público para criação e ampliação de bibliotecas negras, além da dificuldade de compreender o potencial de promoção do antirracismo nesses locais. O desconhecimento do grande público pela temática só demonstra ainda mais a necessidade de promover espaços de valorização da diversidade, o que se dá através da cultura e informação de qualidade. Ainda que a falta de infraestrutura dos prédios seja uma questão que merece atenção, não são os limitantes únicos da ampliação do alcance de bibliotecas negras. Além disso, mesmo que os custos de editoras sejam frequentemente altos, não justificam a diferenciação para compra entre obras de autores brancos e negros. Nesse sentido, a expressão “devida valorização” se insere na problemática como constatação de uma realidade que se apresenta no texto e no quadro da presença de bibliotecas negras no Brasil: ainda que os espaços existam e resistam diante de uma série de dificuldades, a valorização de sua potencialidade atravessa o reconhecimento de sua vasta contribuição para diversos âmbitos do *corpus* social.

Fontes:

- MELO FILHO, Edilson Targino de. Bibliotecas negras no Brasil: iniciativas de resistência e promoção da literatura afro-brasileira. Brasil de Fato, 20 fev 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/historia-publica-narrativas-negras/2025/02/20/bibliotecas-negras-no-brasil-iniciativas-de-resistencia-e-promocao-da-literatura-afro-brasileira/>. Acesso em: 07 jun 2025.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Por um conceito de literatura afro-brasileira*. Literafro, 08 out 2024. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>. Acesso em: 07 jun 2025.
- AMARO, Vagner. *As bibliotecas e a redução de desigualdades*. Portal Geledés, 18 out 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-bibliotecas-e-a-reducao-das-desigualdades/>. Acesso em: 07 jun 2025.

BRANCA	VERDE
30	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A arte popular brasileira é riquíssima, expressada em diferentes regiões a partir das suas particularidades próprias. O fator multicultural próprio do país, aliado às diversas manifestações criativas, alimentadas pelos mitos e tradições populares, são base para experiências artísticas únicas. Nesse sentido, ainda que a memória, identificação e afetividade permeiem essas obras, sua valorização não se demonstra adequada, na maioria das vezes, apontando-se como fator a dificuldade, apresentada pela população, em reconhecer as expressões artísticas populares como dignas de valorização, por suas contribuições à representação da diversidade cultural nacional. Nesse sentido, não é a utilização de técnicas clássicas, valor de venda no mercado ou alta nos preços que tornará uma arte mais ou menos valorizada. Ainda, não se deve estipular hierarquias para produções, privilegiando obras rebuscadas em detrimento das expressões mais “simples”. De maneira específica, a alternativa “C”, que indica como motivação para a falta de reconhecimento das potencialidades da arte popular brasileira “a desvalorização do mercado pelas obras nacionais populares, visto que o seu valor comercial não é expressivo ao ponto de integrar galerias de luxo, tornando-a limitada”, apresenta-se como incorreta diante do questionamento uma vez que associa a desvalorização mercadológica da arte popular brasileira a uma limitação. Nesse sentido, a alternativa insere a identidade dos artistas populares em um nicho limitado, camuflando questões socioculturais e preconceituosas a respeito da visão coletiva que se constrói diante de expressões artísticas que, não necessariamente, são pensadas para atrair valor comercial como itens luxuosos.

Fontes:

- PORTAL DA ARTE. *A arte popular brasileira, com sua beleza e riqueza cultural, invade o mundo da decoração*. Portal da Arte, 2025. Disponível em: https://portaldartenordeste.com.br/artepopular/?srsltid=AfmBOopM6EYxul3Tfs1y4TQ-xnqfOmGOkbT2BDCBbiiNRAIsno_auRgE. Acesso em: 08 jun 2025.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Exposição “Nóis morre, as coisa fica”*: artes populares no Brasil celebra 40 anos da SAP. Gov.br, 25 jun 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular/exposicao-201cnois-morre-as-coisa-fica201d-artes-populares-no-brasil-celebra-40-anos-da-sap>. Acesso em: 08 jun 2025.
- POEL, Frei Francisco van der. Arte e artista popular. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 207-217, nov. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecav/article/viewFile/10270/8059>. Acesso em: 08 jun 2025.

Cargo: Cirurgião Dentista

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão avalia o conhecimento da relação entre as partes do texto, portanto, o conhecimento de coerência. No terceiro parágrafo, a locução “por isso” introduz a causa do que foi dito no início do parágrafo, portanto, a alternativa é incorreta. A locução “por isso” introduz uma conclusão do que foi dito anteriormente, podendo ser substituída por “portanto”, “logo”, “assim”. “Se em muitas áreas o objetivo das decisões é maximizar o lucro, na saúde, cada decisão carrega o peso da vida de um ser humano, com laços afetivos e papéis sociais. Por isso, a incorporação de tecnologias de IA precisa ser pautada, antes de qualquer entusiasmo, por princípios éticos e científicos” Entre o segundo e o primeiro parágrafo há uma relação de concordância, sendo que o segundo parágrafo conclui o que é exposto no primeiro. Alternativa incorreta. O segundo parágrafo é introduzido pela conjunção “entretanto”, o que dá sentido de oposição. Com isso, a ideia introduzida no segunda parágrafo se opõe à ideia apresentada no primeiro. O quarto parágrafo é introduzido pela locução “A pesar dos” que é uma forma reduzida de “a pesar de os” e acrescenta uma informação em conformidade com o que foi dito no terceiro parágrafo. Alternativa incorreta. “Apesar dos” é uma forma reduzida de “a pesar de os”, porém, tem o sentido de concessão, isto é, oposição. Portanto, alternativa incorreta. No sétimo parágrafo, a locução “mas também” acrescenta uma informação ao que foi dito anteriormente. Alternativa correta. A conjunção “mas”, quando vem “sozinha” remete à ideia de contradição. No entanto, a palavra “também” junto dela é usada para acrescentar uma ideia que acrescenta algo ao que foi dito antes.

Fontes:

- COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 133p.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A Coesão Textual. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A contestação apresentada pelo candidato, ao afirmar que a alternativa correta da questão seria a letra A, está incorreta. O equívoco está na interpretação do papel da Lei nº 8.080/1990. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, foi naquele momento que a saúde passou a ser reconhecida como um direito de todos e

dever do Estado, instituindo pela primeira vez o Sistema Único de Saúde (SUS) com base na universalidade e na equidade do acesso aos serviços de saúde.

Já a Lei nº 8.080, promulgada dois anos depois, em 1990, não criou o SUS, mas sim regulamentou e organizou os serviços e ações de saúde previstos na Constituição. O próprio texto legal deixa claro, em seu artigo 1º, que a lei tem como objetivo regular, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde nos termos do artigo 197 da Constituição Federal. Portanto, atribuir à Lei nº 8.080/1990 a criação do SUS e o marco da universalização da saúde no Brasil é um erro conceitual.

A alternativa B, considerada correta no gabarito, está juridicamente fundamentada e condiz com o ordenamento legal vigente. Ela reconhece que a criação do SUS ocorreu na Constituição de 1988 e que a Lei nº 8.080/1990 apenas regulamentou esse direito. Por esse motivo, a contestação do candidato não procede e deve ser indeferida.

A alternativa B está correta: o SUS foi instituído pela Constituição de 1988 (reconhecendo a saúde como direito universal), e a Lei nº 8.080/1990 apenas regulamentou esse direito. Portanto, a alegação de que a Lei criou o SUS (alternativa A) é equivocada.

Fontes:

- <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/920107/artigo-196-da-constituicao-federal-de-1988>
- <https://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Brazil/brazil88.html>
- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990

Cargo: Enfermeiro

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os gêneros textuais são formas de organização textual conforme o objetivo de comunicação em cada texto. Assim, mesmo apresentando alguns traços de outro gênero textual, o que vai determinar o gênero de determinado texto é sua intenção comunicativa que são identificadas por suas características predominantes como é exposto a seguir: O texto apresentado é um artigo de opinião, pois apresenta uma tese que é o ponto de vista defendido: “é preciso incorporar a IA na saúde sem abrir mão dos princípios éticos e científicos”.

Para defender essa tese, o autor utiliza de exemplificações como “Apesar dos inúmeros lançamentos de soluções baseadas em IA na saúde, a imensa maioria entra no mercado com evidências frágeis: sem estudos comprovando sua eficácia ou segurança, ausência de revisões independentes (...)”

“Não é raro encontrar algoritmos treinados em bases de dados limitadas, que funcionam bem em ambientes controlados, mas falham quando expostos à complexidade do mundo real (...)”

“É preciso exigir que a IA na saúde siga, ao menos, os mesmos princípios da medicina baseada em evidências: estudos metodologicamente robustos, amostras representativas, reprodutibilidade dos resultados e avaliações independentes.”

“Se em muitas áreas o objetivo das decisões é maximizar o lucro, na saúde, cada decisão carrega o peso da vida de um ser humano, com laços afetivos e papéis sociais. Por isso, a incorporação de tecnologias de IA precisa ser pautada, antes de qualquer entusiasmo, por princípios éticos e científicos.”

Fontes:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.
- PIMENTEL, Carlos. Redação Descomplicada. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 192p. (Nova ortografia).

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação à transitividade dos verbos destacados em “Não é raro encontrar algoritmos treinados em bases de dados limitadas, que funcionam bem em ambientes controlados, mas falham quando expostos à complexidade do mundo real— especialmente quando lidam com diferentes populações e dimensões de valor”, seguem as seguintes colocações:

Tanto o verbo funcionar quanto o verbo falhar são intransitivos, ou seja, apresentam sentido completo, não precisam de complemento. Assim, o que vem depois deles é adjunto adverbial. Funcionar o quê? ou funcionar com o quê? Não há necessidade de complemento para que a compreensão ocorra, o verbo já traz sentido completo.

Falham o quê? não faz sentido. Falham em alguma coisa, mas o próprio trecho não menciona. O verbo é usado no sentido completo.

Assim, tanto o verbo “falhar” quanto o verbo “funcionar” não exigem objetos, pois expressam ação completa.

O verbo lidar é transitivo indireto, pois precisa de complemento que se liga ao verbo por meio da preposição “com”. Assim, a alternativa correta é intransitivo, intransitivo, transitivo indireto.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A fórmula =B1+B2+B3 é menos eficiente para somar intervalos grandes de células. Para esses casos, recomenda-se a função =SOMA(B1:B3), específica para intervalos contínuos. Além disso, cabe esclarecer que, na expressão "a soma dos valores de B1 até B3", ocorre a omissão da célula intermediária (B2). Essa forma de expressão está correlacionada ao modo como são indicados intervalos no Excel (ex.: B1:B3), utilizando dois pontos para representar implicitamente as células intermediárias. Portanto, a inclusão dessas células ocorre implicitamente e corretamente no cálculo, conforme exemplificado na alternativa B da questão.

Dessa forma, declara-se a improcedência dos argumentos recursais apresentados.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O diagnóstico “Manutenção Ineficaz da Saúde” reflete com maior abrangência o quadro clínico apresentado pela Sra. Neusa, especialmente pelos comportamentos observados: recusa em manter hábitos de autocuidado, alimentação irregular, ingestão hídrica reduzida e desmotivação para práticas de promoção da saúde. Segundo a NANDA-I, trata-se de um padrão comportamental no qual o indivíduo não consegue identificar, gerenciar ou buscar ajuda para manter sua saúde adequadamente.

Reconhecemos que o diagnóstico “Padrão Ineficaz de Enfrentamento relacionado à baixa autoestima” poderia ser relevante no contexto, entretanto, ele aborda aspectos mais subjetivos e etiológicos, enquanto a questão solicitava o diagnóstico mais apropriado com base nas evidências objetivas fornecidas no enunciado. Assim, priorizou-se o diagnóstico que melhor expressa o problema central identificado na situação apresentada.

Dessa forma o gabarito será mantido.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Art. 52 da Resolução COFEN nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem), é dever do profissional manter sigilo sobre fatos de que tenha conhecimento no exercício de sua atividade, salvo quando houver consentimento escrito da pessoa envolvida ou de seu representante legal. O enunciado da questão pressupõe um cenário geral e ético comum na prática profissional, em que o enfermeiro deve respeitar a autonomia do paciente e compartilhar apenas informações previamente autorizadas.

Cabe destacar que a alternativa D não orienta o fornecimento de informações detalhadas sem consentimento, nem extrapola as atribuições legais da enfermagem, uma vez que condiciona expressamente a comunicação à autorização do paciente, em conformidade com o disposto no Código de Ética. A alternativa, portanto, preserva tanto os limites éticos quanto legais da profissão, não se confundindo com o exercício de atribuições médicas.

Quanto à menção à Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico), ressalta-se que o enfermeiro pode participar da comunicação de informações à família no contexto multiprofissional, desde que não realize diagnóstico médico nem prescreva tratamento clínico, preservando os limites de sua atuação e o conteúdo autorizado pelo paciente.

Assim, a questão permanece válida, e a alternativa D se mantém como correta e ética dentro do escopo da Enfermagem.

Fontes:

- BRASIL. *Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013*. Dispõe sobre o exercício da Medicina. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 131, p. 1, 11 jul. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). *Resolução COFEN nº 564/2017, de 6 de novembro de 2017*. Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília: COFEN, 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html.

Cargo: Maqueiro

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao fazer a leitura do texto, mesmo com “a correria nos grandes centros urbanos”, ainda há pessoas que encontram encantamento nos pequenos detalhes que veem ao longo do caminho, tal como o personagem principal, “que se encantou com os detalhes e a beleza da borboleta que voava em um dia comum do cotidiano”. A alternativa A está incorreta, pois o personagem cria um vínculo com a borboleta e vai admirando-a ao longo de todo o trajeto em que perpassa, bem como citando detalhes dos ambientes, tais como os nomes das ruas, a pedra de mármore do Grande Ponto, as colunas dos prédios, dentre outros. A alternativa C está incorreta, visto que é afirmado que “todas as pessoas possuem um olhar minimalista”, no entanto, no trecho “Reparei que nenhum transeunte olhava a borboleta; eles passavam, devagar ou depressa, vendo vagamente outras coisas – as casas, os veículos ou se vendo” é reafirmado que a maioria das pessoas não dão tamanha atenção aos pormenores do ambiente. A alternativa D está equivocada, pois no trecho “assim como o personagem” a expressão “assim como” – expressão conjuntiva comparativa que estabelece uma relação de comparação entre dois elementos, visa comparar o personagem (que está atentamente admirando a borboleta e os lugares em que passa) aos transeuntes (que dão pouca/mínima atenção aos pontos que percorre). Dessa forma, apenas a alternativa B encontra-se em coerência com o que foi exposto ao longo do texto; tais trechos do texto demonstram e confirmam o encanto da personagem com a borboleta “[...] era o que eu sentia naquele instante: a borboleta era minha [...]” (4º§); “Fiquei a olhá-la.” (3º§). Portanto, a questão está correta.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão em comento, é solicitado que o candidato identifique a correspondência dos pronomes oblíquos átonos, ou seja, pronomes que indicam pessoas e funcionam nas orações como objeto direto, objeto indireto ou complemento nominal. O primeiro termo “la” destacado na frase se refere à borboleta, ou seja, o personagem ficou a olhá-la (admirar) enquanto passava na avenida: “Na rua México eu tive de esperar que o sinal abrisse: ela tocou, fagueira, para o outro lado, indiferente aos carros que passavam roncando sob suas leves asas. Fiquei a olhá-la.” (3º§). Já o segundo termo “la” destacado se refere à amada; ou seja, deveria seguir a amada que tivesse atravessando a rua: “[...] a borboleta era minha – como se fosse meu cão ou minha amada de vestido amarelo que tivesse atravessado a rua na minha frente, e eu devesse segui-la.” (4º§). Dessa forma, a questão está correta.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando do enunciado da questão. Veja-se:

“[...] a palavra em destaque pode ser corretamente substituída, sem alteração de sentido, por, EXCETO:”

Note que há a presença do termo “EXCETO”. Portanto, o propósito da questão foi justamente testar os conhecimentos acerca da significação das palavras no texto, bem como da utilização de sinônimos e antônimos. Considerando que o comando da questão indica que há uma EXCEÇÃO entre as alternativas; logo, pode-se concluir que há três vocábulos que substituem CORRETAMENTE a palavra em destaque, ou seja, a palavra “boquiabertos”. As palavras que substituem corretamente são: A) “Surpresos”; C) “Admirados” e D) “Maravilhados”. Conforme o enunciado da questão, “na construção de um texto, um dos fatores primordiais é a escolha das palavras empregadas. As palavras podem ser utilizadas em seu sentido denotativo, ou seja, a definição literal; ou no sentido conotativo, que é a interpretação subjetiva e figurada. A escolha entre denotação e conotação depende do contexto e do objetivo do comunicador.”. No contexto da oração em análise, a palavra “boquiabertos” foi utilizada em seu sentido figurado [conotativo], ou seja, não significa que os filhos da autora ficaram literalmente com as bocas abertas, pois a palavra não foi empregada em seu sentido literal [denotativo]; mas sim, com intenção de representar que os filhos da autora ficaram repletos de admiração.

Portanto, poderíamos reescrever corretamente a frase utilizando as palavras das alternativas A, C e D; EXCETO com a palavra da alternativa B. Observe:

A) *“E eles, se não me respeitam mais, ficaram surpresos.”*

C) *“E eles, se não me respeitam mais, ficaram admirados.”*

D) *“E eles, se não me respeitam mais, ficaram maravilhados.”*

Note que nenhuma das frases sofreu qualquer alteração de sentido. No entanto, ao utilizarmos a única EXCEÇÃO, que é a palavra da alternativa B, a frase sofre alteração em seu sentido original.

B) *“E eles, se não me respeitam mais, ficaram inabalados.”*

Observe que a utilização da palavra “inabalados” é inadequada ao contexto, pois exprime a ideia de que os filhos da autora ficaram “indiferentes” e “inabalados” diante da situação, já que o vocábulo “inabalados” pode ser considerado um antônimo das demais.

Em síntese, conclui-se que a questão não apresenta vícios formais em sua elaboração. Isto posto, sem nada mais a evocar, conhecemos do recurso interposto pelo candidato para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se incólume o gabarito inicialmente divulgado.

Fontes:

- Dicionário On-Line de Língua Portuguesa [Sinônimos/Antônimos] – Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resolução correta do exercício é demonstrada a seguir:

A ordem da sequência lógica segue o seguinte padrão:

2	6	12	20	30	42	56	72	90	110
$1+1^2$	$2+2^2$	$3+3^2$	$4+4^2$	$5+5^2$	$6+6^2$	$7+7^2$	$8+8^2$	$9+9^2$	$10+10^2$
1º termo	2º termo	3º termo	4º termo	5º termo	6º termo	7º termo	8º termo	9º termo	10º termo

Logo, o número da senha do 10º representante é 110.

Fonte:

- IANNINI, Marcela A. "Problemas de Lógica e Matemática: Sequências e Padrões". Editora Scipione. 2015
- TAHAN, Malba. "Desafios Lógicos e Matemáticos". Editora José Olympio. 2014.
- SCHIRO, Michael S. "Lógica e Raciocínio Matemático: Uma Abordagem Intuitiva". Editora Novo Século. 2017.

Cargo: Técnico de Enfermagem

BRANCA	VERDE
03	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema de um texto refere-se à ideia ou tópico central que está sendo abordado ou explorado naquele texto. É a mensagem principal, o assunto ou conceito central. Identificar o tema resulta em reconhecer o assunto principal do texto. É importante saber que o tema nem sempre está explícito ao longo da leitura. O tema central é a ideia principal ou tópico que permeia um texto, obra ou comunicação, sendo o ponto focal sobre o qual todos os outros elementos se relacionam. É a mensagem central que o autor busca transmitir e que o leitor deve identificar para compreender o significado completo do conteúdo. Identificar o tema central é crucial para a compreensão de qualquer texto, pois permite ao leitor captar a essência da mensagem e interpretar as informações de forma mais eficaz. A decisão do narrador demonstra uma obsessão em replicar a vida do vizinho, até mesmo na morte, demonstrando uma perda da própria identidade.

BRANCA	VERDE
06	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A correlação entre o título e o texto é fundamental para a compreensão e interpretação do conteúdo. O título serve como uma espécie de "porta de entrada" para o texto, fornecendo um resumo inicial e orientando a leitura. Ele antecipa o tema central e a abordagem que será desenvolvida, ajudando o leitor a se situar e a estabelecer expectativas sobre o que encontrará. A correlação entre o título do texto – Uma vida ao lado, bem como as ideias apresentadas ao longo do texto, evidencia "a busca pelo significado da existência humana envolve a tentativa de conciliar uma vida idealizada – a vivida pelo vizinho – com a sua própria vida".

BRANCA	VERDE
07	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Porém” é uma palavra muito usada em diversos contextos e tem uma função muito importante dentro de um texto. Essa conjunção adversativa é muito útil para expressar contraste e oposição nas frases. Dessa forma, “porém” é uma conjunção adversativa que tem como objetivo expressar uma ideia contrária ou oposta à ideia apresentada anteriormente na frase. Sua função é, portanto, criar um contraste, deixando claro que, apesar da afirmação inicial, existe outra perspectiva ou informação a ser considerada.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os elementos de retomada são cruciais para a construção de textos coesos e coerentes, garantindo que as ideias se conectem de forma clara e compreensível. Elementos de retomada em um texto são palavras ou expressões que fazem referência a termos já mencionados, garantindo a coesão e evitando repetições desnecessárias. Esses elementos podem ser pronomes, sinônimos, expressões equivalentes ou outras formas de referência que conectam as ideias do texto. Os elementos em destaque denotam informações já mencionadas, observe:

- “Fina, a parede. E, além dela, a vida do vizinho” (1º§);

- “Cada vez mais ligava-se ao vizinho, absorvendo seus hábitos” (4º§); “Sem ele, vazios a sala e o quarto, a parede emudecia, separando silêncios” (5º§); e

- “Tudo estava pronto quando ouviu o caixão do outro chegar para o velório. Sobre a mesa da sala, na exata posição em que o do vizinho deveria estar, colocou seu próprio caixão” (10º§).

Em “Ele então acendia a luz ao estalar do interruptor [...]” (6º§), o pronome “ele” se trata do narrador do texto; aquele que imitava constantemente o vizinho.

BRANCA	VERDE
10	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A intensificação na língua portuguesa refere-se ao processo de reforçar ou aumentar a força ou grau de algo, seja uma ação, uma qualidade, uma emoção ou um conceito. Isso pode ser feito através de diversas estratégias linguísticas, como o uso de advérbios, adjetivos intensificadores, repetições, comparações exageradas, entre outros. Este advérbio – “tão” –, quando usado antes de um substantivo, expressa um grau elevado de intensidade ou quantidade. “Rápido” é um advérbio que indica rapidez, velocidade, brevidade. Pode ser usado para descrever a maneira como algo é feito, como em “precisava trabalhar rapidamente”. Também pode ser usado para descrever a velocidade de um objeto. Conclui-se, portanto, que a palavra “rápido” não evidencia uma intensificação e, sim, “o modo de trabalhar”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE
12	14

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar a fórmula válida do Excel 2019 para calcular a média, e assinalar a alternativa correta. A alternativa A, descrito “=SOMA(A1:A10)” é a opção correta apresentada no gabarito. No entanto, todas as alternativas apresentadas estão incorretas em relação ao enunciado da questão que refere-se ao cálculo da média, e não a operação de soma. Portanto, não existe uma alternativa correta, sendo necessário anular a questão.

Fonte:

- WALKENBACH, J. *Excel 2021 Bible*. São Paulo: Alta Books, 2021.

BRANCA	VERDE
20	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um endereço de uma página Web é a indicação das informações necessárias para que essa página seja encontrada e apresentada ao usuário. Esse endereço é especificado por uma URL (Uniform Resource Locator), que indica o caminho da rede para encontrar a página Web.

A URL (Uniform Resource Locator) é o endereço utilizado para localizar recursos na Internet, como páginas da web. Exemplo: <https://www.prefeitura.gov.br>.

A URL contém informações como: o protocolo ([https](https://)); o domínio (www.prefeitura.gov.br) e, eventualmente, caminhos adicionais ([/vacinacao](http://www.prefeitura.gov.br/vacinacao))

O protocolo mais comum é o HTTP (*Hypertext Transfer Protocol*), que permite a comunicação entre o navegador (cliente) e o servidor web. Quando a URL começa com [https](https://), isso indica uma conexão segura (criptografada).

Portanto a alternativa correta é a letra B) URL.

Fontes:

- COMER, Douglas. *Redes de computadores e a Internet*. Pearson, 2016.
- MARÇULA, M. *Informática: conceitos e aplicações 4ed*. São Paulo, Érica, 2013
- VELLOSO, Fernando de C. *Informática: Conceitos Básicos*. Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159099. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159099/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRANCA	VERDE
21	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda conteúdo programático adequando para o cargo em questão: atendimento Pré-Hospitalar (APH) e Resolução do Cofen nº 713 de 2022.

BRANCA	VERDE
23	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Resolução Cofen nº 564/2017, no Art. 22, afirma expressamente: “Resguardar o sigilo das informações, a que tiver acesso no exercício da profissão, relativas ao paciente e à família.”

Além disso, o Art. 24 esclarece que: “É vedado à profissional de enfermagem: divulgar, sem autorização prévia, informações confidenciais obtidas no exercício de suas atividades profissionais.”

Em casos de violência doméstica, o profissional de enfermagem pode quebrar o sigilo profissional, notificando os órgãos competentes e, se aplicável, comunicando a autoridade policial — mesmo que a vítima não autorize, desde que a integridade física ou psicológica esteja em risco. Entretanto, a profissional cometeu uma infração ética ao discutir em local inadequado informações confidenciais da paciente.

As alternativas incorretas: A) Falso: só há quebra de sigilo com autorização ou em situações legalmente previstas.

C) Errado: sigilo não deve ser violado fora de espaço ético e legal.

D) Incorreto: o dever ético do sigilo aplica-se a todos os níveis da enfermagem.

Fontes:

- Resolução Cofen nº 564/2017 – Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html

BRANCA	VERDE
24	21

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa D.

A questão apresenta um cenário compatível com a prática da equipe de enfermagem no atendimento pré-hospitalar móvel (APH), regulado pela Resolução Cofen nº 713/2022. Nessa situação, o técnico de enfermagem atua sob supervisão direta do enfermeiro, podendo executar a administração de medicamentos por via endovenosa, desde que capacitado e que a conduta esteja respaldada por protocolos, rotinas e orientação direta do profissional responsável. A Resolução Cofen nº 564/2017, em seu art. 6º, inciso II, afirma que é atribuição do técnico de enfermagem “executar atividades de assistência de enfermagem, excetuadas as privativas do enfermeiro, observando os protocolos, rotinas e diretrizes institucionalizadas”. A administração de medicamentos por via endovenosa não é considerada ato privativo do enfermeiro e pode ser realizada pelo técnico, inclusive no contexto do APH, conforme autoriza a Resolução Cofen nº 713/2022.

O parágrafo §1º do art. 3º da referida resolução especifica:

“O Técnico de Enfermagem atua no âmbito do atendimento pré-hospitalar móvel (APH) em conjunto com o enfermeiro, realizando ações de sua competência sob supervisão direta.”

Portanto, é incorreto afirmar que a administração de medicamentos por via endovenosa seja vedada ao técnico de enfermagem no APH. Desde que haja supervisão do enfermeiro e a conduta esteja respaldada por treinamento e protocolo, o procedimento é permitido.

Assim, apenas a alternativa D está correta, pois técnicos podem administrar qualquer medicação no APH mediante solicitação verbal do enfermeiro. e a questão deve ser mantida.

Fontes:

- Conselho Federal de Enfermagem. Resolução Cofen nº 564/2017. Dispõe sobre as atribuições dos profissionais de enfermagem. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-564-de-6-de-novembro-de-2017-19343383>
- Conselho Federal de Enfermagem. Resolução Cofen nº 713/2022. Dispõe sobre a atuação da equipe de enfermagem no atendimento pré-hospitalar móvel. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-713-2022_96457.html

BRANCA	VERDE
28	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conhecer o protocolo de suporte básico de vida é obrigação do profissional técnico em enfermagem.

De acordo com a RESOLUÇÃO COFEN Nº 713/2022.

Art. 2º No âmbito da equipe de enfermagem, a assistência prestada ao paciente deve seguir a normativa abaixo:

I. No Suporte Básico de Vida, a assistência de enfermagem deverá ser realizada, no mínimo, pelo Técnico de Enfermagem, na composição com o Conductor;

PCREH



BRANCA	VERDE
30	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Legislação faz parte dos conhecimentos específicos de todos os profissionais

PORTARIA Nº 1.864, DE 29 de setembro de 2003

Institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência em municípios e regiões de todo o território brasileiro: SAMU- 192.

Cargo: Técnico de Radiologia

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema de um texto refere-se à ideia ou tópico central que está sendo abordado ou explorado naquele texto. É a mensagem principal, o assunto ou conceito central. Identificar o tema resulta em reconhecer o assunto principal do texto. É importante saber que o tema nem sempre está explícito ao longo da leitura. O tema central é a ideia principal ou tópico que permeia um texto, obra ou comunicação, sendo o ponto focal sobre o qual todos os outros elementos se relacionam. É a mensagem central que o autor busca transmitir e que o leitor deve identificar para compreender o significado completo do conteúdo. Identificar o tema central é crucial para a compreensão de qualquer texto, pois permite ao leitor captar a essência da mensagem e interpretar as informações de forma mais eficaz. A decisão do narrador demonstra uma obsessão em replicar a vida do vizinho, até mesmo na morte, demonstrando uma perda da própria identidade.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “cada vez mais” indica um aumento progressivo ou intensificação de algo ao longo do tempo. É uma locução adverbial que denota uma tendência ou crescimento contínuo. Em outras palavras, “cada vez mais” significa que algo está se tornando mais frequente, mais intenso, mais comum ou mais presente com o passar do tempo.

Fontes:

- O próprio texto.
- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Hesitar”, considerando o contexto textual, significa: duvidar; desconfiar. As demais associações estabelecidas para análise estão corretas, a saber: absorvendo (assimilando, aprendendo); prantear (lamentar, chorar); e repouso (descanso, folga, sono).

Fontes:

- O próprio texto.
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A correlação entre o título e o texto é fundamental para a compreensão e interpretação do conteúdo. O título serve como uma espécie de “porta de entrada” para o texto, fornecendo um resumo inicial e orientando a leitura. Ele antecipa o tema central e a abordagem que será desenvolvida, ajudando o leitor a se situar e a estabelecer expectativas sobre o que encontrará. A correlação entre o título do texto – Uma vida ao lado, bem como as ideias apresentadas ao longo do texto, evidencia “a busca pelo significado da existência humana envolve a tentativa de conciliar uma vida idealizada – a vivida pelo vizinho – com a sua própria vida”.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A intensificação na língua portuguesa refere-se ao processo de reforçar ou aumentar a força ou grau de algo, seja uma ação, uma qualidade, uma emoção ou um conceito. Isso pode ser feito através de diversas estratégias linguísticas, como o uso de advérbios, adjetivos intensificadores, repetições, comparações exageradas, entre outros. Este advérbio – “tão” –, quando usado antes de um substantivo, expressa um grau elevado de intensidade ou quantidade. “Rápido” é um advérbio que indica rapidez, velocidade, brevidade. Pode ser usado para descrever a maneira como algo é feito, como em “precisava trabalhar rapidamente”. Também pode ser usado para descrever a velocidade de um objeto. Conclui-se, portanto, que a palavra “rápido” não evidencia uma intensificação e, sim, “o modo de trabalhar”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA
12

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar a fórmula válida do Excel 2019 para calcular a média, e assinalar a alternativa correta. A alternativa A, descrito “=SOMA(A1:A10)” é a opção correta apresentada no gabarito. No entanto, todas as alternativas apresentadas estão incorretas em relação ao enunciado da questão que refere-se ao cálculo da média, e não a operação de soma. Portanto, não existe uma alternativa correta, sendo necessário anular a questão.

Fonte:

- WALKENBACH, J. Excel 2021 Bible. São Paulo: Alta Books, 2021.

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Primeiramente, cabe ressaltar o princípio fundamental da justificação em radiologia: nenhum exame radiológico em gestantes deve ser realizado sem avaliar cuidadosamente a sua necessidade e sem considerar métodos alternativos (como ultrassom ou ressonância magnética) que não utilizem radiação ionizante. De acordo com diretrizes internacionais de radioproteção (IAEA e ICRP), em casos de suspeita de gravidez deve-se adiar ou evitar exposições desnecessárias, especialmente em exames que envolvam a região pélvica/abdome, a menos que o procedimento seja **cl clinicamente imprescindível. Assim, a conduta inicial mais segura é reavaliar a indicação do exame com o médico solicitante – exatamente como descrito na primeira parte da alternativa D.

No que tange à segunda parte da alternativa D – o uso do avental de chumbo sobre o abdome – é necessário interpretar essa orientação dentro dos princípios de otimização (princípio ALARA: “tão baixa quanto razoavelmente exequível”). Proteger o embrião/feto de exposição desnecessária é uma recomendação válida e amparada tanto pela literatura quanto pelas normas. Por exemplo, um artigo de revisão publicado na *Radiologia Brasileira* destaca que em pacientes grávidas devem-se tomar precauções como colimação rigorosa do feixe à área de interesse e uso de proteção plumbífera sobre o abdome, sempre que possível, além de utilizar aparelhos calibrados para minimizar a dose. Essa proteção geralmente refere-se ao uso de barreiras de chumbo cobrindo o útero/área pélvica quando outras regiões do corpo estão sendo radiografadas (por exemplo, protetor de gônadas ou avental abdominal durante uma radiografia de tórax ou extremidades).

Entretanto, os próprios manuais e normas ressaltam que a blindagem deve ser usada apenas se não interferir nos objetivos do exame. Conforme Kenneth Bontrager (tratado de posicionamento radiográfico), a proteção de área específica é essencial quando órgãos radiosensíveis (tireoide, mamas, gônadas) estão próximos ou dentro do campo de radiação, desde que o uso da proteção não obstrua as informações diagnósticas necessárias. Essa orientação está em plena concordância com a norma brasileira RDC Anvisa nº 330/2019 (consolidada na RDC nº 611/2022), cujo Artigo 61 determina a colocação de blindagem de 0,5 mm Pb nos órgãos mais radiosensíveis do paciente (como gônadas, cristalino e tireoide) quando estiverem no feixe primário ou até 5 cm dele, a não ser que tal blindagem exclua ou degrade informações diagnósticas importantes. Em outras palavras, é contraindicado cobrir com chumbo uma região que precisa ser imagem. No caso de um raio-X de abdome, de fato não se pode posicionar um avental de chumbo sobre o abdome de modo a bloquear todo o campo, pois isso impediria a obtenção da imagem diagnóstica, conforme apontado pelos candidatos. A proteção ao feto, nesse cenário, deve ser feita de forma compatível com o exame – por exemplo, uso de protetor de gônadas cobrindo a pelve inferior se possível (nos casos em que não atrapalhe a visualização de estruturas importantes) e *principalmente* a adoção de técnicas de minimização de dose (colimação restrita, redução de mAs, etc.).

Destaca-se que todas as demais alternativas (A, B e C) apresentavam condutas claramente incorretas do ponto de vista ético e da radioproteção:

A) Cancelar definitivamente o exame por conta própria *sem* consultar o médico contraria os protocolos estabelecidos – o tecnólogo/radiologista deve comunicar-se com o médico solicitante para decidir conjuntamente sobre adiar ou substituir o exame, pois a decisão clínica não cabe isoladamente ao técnico.

B) Ignorar a suspeita de gravidez e prosseguir normalmente viola os princípios básicos de proteção radiológica e descumprir normas (a RDC 330/2019 exige avisos para que pacientes grávidas informem a possibilidade de gestação antes do exame, justamente para que medidas sejam tomadas). Prosseguir sem nenhuma precaução poderia expor desnecessariamente um embrião/feto, o que é eticamente inaceitável.

C) Apenas reduzir parâmetros técnicos sem comunicar a possível gravidez também é inadequado. Embora a redução da dose faça parte da otimização, omitir a informação do estado gestacional do médico solicitante ou do responsável pelo serviço é um erro, pois impede a reavaliação da real necessidade do exame. As normas recomendam explicitamente que mulheres em idade fértil informem suspeita de gravidez ao técnico/médico antes da exposição para que decisões apropriadas sejam tomadas.

Diante disso, a alternativa D era, de fato, a única conduta correta no contexto da questão, englobando os dois pilares da radioproteção em gestantes: justificativa (adiar ou avaliar necessidade com o médico) e otimização (caso o exame seja indispensável, fazê-lo com proteção e técnica adequadas para minimizar a dose). A menção ao uso do avental de chumbo sobre o abdome deve ser entendida dentro do contexto de proteger o feto sem comprometer o exame – ou

seja, é uma proteção complementar, que na prática equivale ao uso de proteção de gônadas ou blindagem abdominal inferior, desde que não cubra a área de interesse radiográfico. Vale lembrar que o próprio texto da alternativa D já sugeria essa conduta apenas se o exame fosse imprescindível, indicando que a prioridade seria *evitar* a exposição. Em situações reais, caso não seja possível adiar e deva-se radiografar o abdome de uma gestante, procede-se com extrema cautela: comunicação e consentimento, uso de técnicas de redução de dose, e *se for viável*, proteção das partes do abdome/pelve não críticas para o diagnóstico – sempre seguindo as normas de radioproteção e garantindo que o benefício diagnóstico supere os riscos.

As razões recursais citam corretamente que não se coloca um avental de chumbo *sobre* a região a ser examinada, e mencionam bibliografia reconhecida (Bontrager, 8ª ed.; artigo da IAEA; Resolução CONTER 620/2020; RDC 611/2022) que corroboram a importância do escudo de gônadas e do cuidado com exposições em grávidas. Esses argumentos estão tecnicamente corretos no que tange à forma ideal de proteção. Entretanto, observa-se que a alternativa D não diz para usar o avental de chumbo *indiscriminadamente*: ela indica primeiro *reavaliar/adiar* o exame, e somente “se o exame for imprescindível”, aí sim utilizar proteção. Concordamos que a redação poderia ser mais precisa – mencionando, por exemplo, “utilizar protetor de gônadas/avental plumbífero para *proteger o feto*” – evitando sugerir cobertura total da área de exame. Essa imprecisão redacional pode ter induzido dúvidas, mas do ponto de vista do concurso, a alternativa D ainda se alinha com a conduta esperada, pois nenhuma das outras opções refletia as medidas de proteção adequadas.

Em síntese, a conduta correta diante de paciente possivelmente grávida, submetida a raio-X de abdome, é comunicar a suspeita ao médico solicitante e só realizar o exame se for absolutamente necessário; caso realizado, aplicar rigorosamente o princípio ALARA, com blindagem apropriada do feto (quando possível) e redução máxima da dose. Essa conduta está de acordo com as boas práticas em radiologia médica, com a legislação sanitária brasileira (ex.: RDC 330/2019 – Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico) e com a literatura radiológica internacional.

Considerando os argumentos apresentados e a análise técnica acima, a banca examinadora reconhece que houve falha na formulação da alternativa D quanto à descrição da proteção radiológica (uso do avental de chumbo *sobre* a área examinada). Embora a intenção da questão fosse aferir conhecimentos corretos de radioproteção em gestantes – o que a alternativa D contemplava em essência – a redação imprecisa pode ter induzido candidatos bem informados a descartá-la. Dessa forma, os recursos são julgados procedentes, e decide-se pela anulação da questão, por não haver alternativa plenamente correta sem ambiguidades. Todos os candidatos terão a pontuação da questão 21 atribuída, assegurando isonomia e justiça no certame.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após examinar cuidadosamente as alegações do candidato à luz do Código de Ética e da bibliografia pertinente, mantemos o entendimento de que a alternativa C permanece correta, não havendo motivo para alteração do gabarito.

Os argumentos do recurso não procedem, conforme esclarecido a seguir:

Sobre o “sigilo absoluto” na alternativa C: De fato, o Código de Ética dos Profissionais das Técnicas Radiológicas prevê exceções legais específicas ao dever de sigilo profissional (como bem apontado pelo recorrente). Essas exceções – colaboração com a justiça, notificação compulsória, etc. – estão expressamente listadas no Parágrafo único do Art. 27. Contudo, é importante frisar que tais situações são pontuais e excepcionais, usualmente determinadas por lei ou por deveres legais do profissional. Elas não eliminam nem contradizem a obrigatoriedade geral de manter sigilo sobre as informações dos pacientes em todos os demais contextos. O espírito do Código de Ética continua sendo o de exigir confidencialidade máxima no dia a dia profissional. Quando a alternativa C afirma “manter sigilo absoluto” e restringir o compartilhamento de informações confidenciais apenas à equipe envolvida, está reforçando o princípio geral de sigilo profissional, conforme o Art. 27, inciso II do Código de Ética. A palavra “absoluto” nesse contexto significa que o profissional não deve divulgar informações do paciente a pessoas não autorizadas, nem de forma imprudente ou indevida – salvo se uma das exceções legais exigir a revelação. Essa redação não entra em conflito com o Código; ao contrário, está de acordo com a conduta esperada eticamente. Vale destacar que mesmo as exceções citadas no código (justa causa legal, dever de notificação, etc.) mantêm o sigilo como regra e a quebra do sigilo como medida de último caso, dentro dos limites da lei. Portanto, a alternativa C não é incorreta; ela resume corretamente o dever de sigilo profissional no contexto cotidiano do trabalho em radiologia, sem prejuízo de cumprir obrigações legais

excepcionais quando for o caso. Não há, portanto, inconsistência entre a alternativa C e o Código de Ética – a opção continua válida e correta.

Sobre a divulgação de imagens sem identificação na alternativa D: A banca discorda do entendimento defendido no recurso. A alternativa D propõe permitir o compartilhamento de imagens de exames para fins didáticos “sem autorização formal”, desde que removidos os dados pessoais do paciente. Essa conduta é vedada pelo Código de Ética. O inciso III do Art. 27 considera infração ética divulgar casos clínicos ou exames de pacientes em meios de comunicação ou ensino sem consentimento, deixando claro que apenas com autorização do paciente (ou responsável) tal divulgação é eticamente aceitável. Ainda que o texto do código mencione a palavra “identificáveis”, isso não deve ser interpretado como uma brecha para divulgar livremente imagens anonimizadas sem autorização. Pelo contrário, a menção a “casos clínicos identificáveis” visa lembrar que identificar um paciente não se restringe ao nome escrito no exame – muitas vezes, uma imagem radiológica em si pode conter elementos identificadores ou sensíveis. A omissão do nome e CPF não garante anonimato absoluto: informações contidas na imagem (por exemplo, características anatômicas únicas, marcações, datas, números de exame, ou mesmo peculiaridades das lesões) podem tornar possível a identificação do paciente por terceiros. Ademais, arquivos de imagem médica (como os de formato DICOM) podem conter metadados com dados do paciente se não forem adequadamente anonimizados. Portanto, do ponto de vista ético e legal, não basta mascarar os dados visíveis; é indispensável obter o consentimento expresso antes de usar exames de pacientes para quaisquer fins didáticos, acadêmicos ou publicitários. O argumento de que “se não há identificadores, não há infração” não encontra respaldo pleno no Código de Ética nem nas melhores práticas de privacidade em saúde. O código é categórico ao exigir a autorização do paciente para divulgação, e a alternativa D explicitamente afirma a ausência de autorização (“sem autorização formal”), o que por si só já configura a conduta como antiética. Em suma, a alternativa D descumpra o preceito ético do sigilo/privacidade do paciente e foi corretamente descartada pelo gabarito oficial. A banca reforça que qualquer compartilhamento de informações ou imagens de pacientes, mesmo anonimizadas, requer avaliação criteriosa e, em geral, autorização formal, para resguardar o sigilo profissional e a confiança na relação paciente-serviço de radiologia.

Por fim, convém lembrar que as alternativas A e B, embora não tenham sido objeto central do recurso, também estão inequivocamente em desacordo com o Código de Ética, como já exposto. A alternativa A desrespeita normas básicas de proteção radiológica (Art. 19) ao admitir pessoas sem proteção em área de radiação, e a alternativa B infringe a vedação ética de oferecer laudos ou opiniões diagnósticas ao paciente sem ter habilitação para tal (Art. 6º). Esses apontamentos corroboram que a alternativa C era, de fato, a única resposta correta esperada.

Diante do exposto, a banca examinadora nega provimento aos recursos, considerando-os improcedentes. A resposta originalmente indicada (alternativa C) permanece como gabarito correto, por estar em conformidade com o Código de Ética dos Profissionais das Técnicas Radiológicas (Resolução CONTER nº 15/2011) e demais referenciais éticos da área. Não haverá alteração de gabarito nem anulação da questão, uma vez que a opção C reflete adequadamente a conduta ética exigida do profissional em radiologia, enquanto as demais alternativas apresentam infrações ou impropriedades conforme as normas vigentes.

Assim, mantém-se válida a alternativa C como resposta correta, e ficam rejeitadas as argumentações em sentido contrário.

Fonte:

- *Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia – CONTER*. Código de Ética dos Profissionais das Técnicas Radiológicas (Resolução CONTER nº 15, de 12 de dezembro de 2011).

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está correta. O equipamento móvel de raios X destina-se especialmente a pacientes impossibilitados de deslocamento, permitindo realizar exames no próprio local onde o paciente se encontra, como em leitos hospitalares e centros cirúrgicos. Este procedimento exige que sejam adotados todos os protocolos rigorosos de proteção radiológica, incluindo a proteção das regiões corporais não examinadas, utilização de aventais plumbíferos pelos profissionais presentes, uso de biombos ou barreiras móveis, além da manutenção da distância segura. Em

nenhum momento o enunciado da alternativa D sugere ou afirma que a proteção radiológica deva cobrir diretamente a área anatômica alvo do exame, o que configuraria interpretação inadequada da questão. As demais alternativas estão incorretas pelas seguintes razões:

Alternativa A incorreta, pois aparelhos móveis geralmente produzem imagens de qualidade inferior aos aparelhos fixos, usados devido à necessidade, não por superioridade técnica (BUSHONG, 2017);

Alternativa B incorreta, pois nenhum equipamento elimina completamente radiação de fuga, sendo obrigatória a proteção adequada (ANVISA, 2019);

Alternativa C incorreta, pois equipamentos móveis necessitam das mesmas precauções radiológicas dos fixos, não sendo isentos por possuírem colimação (BONTRAGER & LAMPIGNANO, 2016).

Fontes:

- BONTRAGER, Kenneth L.; LAMPIGNANO, John P. Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada. 9ª ed. Elsevier, 2016.
- BUSHONG, Stewart C. Ciência Radiológica para Tecnólogos. 11ª ed. Elsevier, 2017.
- ANVISA. RDC nº 330/2019. Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

10 de julho de 2025
INSTITUTO CONSULPLAN